

Música volta às escolas, mas sem professor especializado

Veto ao artigo que previa a qualificação específica divide opiniões no DF

Roberto Fleury/UnB Agência

Lizael Costa

Com um veto polêmico, foi sancionado no dia 18 de agosto, pelo presidente Lula, o projeto de lei da senadora Roseana Sarney (PMDB-BA) que torna obrigatório o ensino de música nas escolas públicas do Brasil. Segundo a proposta, as aulas de música serão ministradas para estudantes dos ensinos Fundamental e Médio durante as aulas de artes. As escolas tem três anos para adaptar as aulas de música ao seu currículo.

O veto ao artigo que obrigava os professores que lecionariam música a terem qualificação específica está causando polêmica. Irene Bentley, cantora lírica e professora de música da UnB, acha o veto incoerente.

— Eu acho um absurdo. Como você colocaria, numa sala de aula, um professor para ensinar português sem saber português? Diante dessa visão, botar um profissional para dar aula de música sem ter formação na área é uma incoerência — argumenta, lembrando que muitos fatores incidem sobre o processo de aprendizagem.

— Sou professora de canto popular e canto lírico. Outros ensinam instrumentos. O ato de ensinar, além da técnica, tem todo um aspecto psicológico que só o músico com formação tem a noção para otimizar esse ensino — opina.

A favor do veto

A professora e pianista Beatriz Salles, da UnB, é uma das participantes mais ativas dos grupos que debateram a elaboração do projeto ainda no seu início, concordando com o veto de Lula.

— Claro que o ideal é que os professores tenham formação específica. Mas para este momento, o mais importante é que foi aberta uma brecha onde haverá a obrigatoriedade do ensino de música e nós vamos ter três anos para nos adaptarmos — diz a professora.

Para Beatriz, não haverá professores especializados suficientes para atender 58 milhões de crianças na rede pública brasileira. Ela acrescenta que o veto pode ter várias razões e a maior delas deve ser a falta de especialistas.

— Há professores de uma área que tem alguma formação para dar aulas em outras áreas. O professor de física dá aula de matemática. Mas se o professor de música só desse aula de música, onde se arranjará só músicos para dar aulas? Nesse momento, não temos profissionais qualificados para atender essa demanda. Se é só o licenciado de



BEATRIZ SALLES — A pianista e professora da UnB acha que faltarão músicos para dar aulas

“ A educação musical de qualidade permite o desenvolvimento do senso crítico, da atenção, da sensibilidade, acabando com o embrutecimento do indivíduo

Jorge Antunes, professor de música da UnB

música que pode dar aula de música, então só o licenciado de matemática pode dar aula de matemática — argumenta.

Instrumentalizar a criação

A professora da UnB, que é coordenadora do já consagrado Festival Internacional de Inverno de Brasília, acha que a lei, o veto e a polêmica criada em torno do assunto são salutares.

— Essa discussão vai permitir uma clareza maior sobre o que pode e deve ser compreendido na volta da obrigatoriedade da música às escolas e qual deverá ser sua contribuição na formação do futuro cidadão. A partir desta clareza, passamos ao segundo passo, que deverá ser necessariamente repensar o perfil da licenciatura em música. Quais as competências que o licenciado de-

“ Se é só o licenciado de música que pode dar aula de música, então só o licenciado de matemática pode dar aula de matemática

Beatriz Salles, Pianista e professora de música da UnB

verá ter para atuar neste universo? — indaga Beatriz.

Na opinião de Beatriz, é grande a necessidade não só do prazo de três anos estipulado pela lei, mas também uma reflexão nacional que envolva o Ministério da Educação, da Cultura, do Desenvolvimento Social, educadores, artistas e o segmento da cultura de modo geral.

— É preciso instrumentalizar o processo de criação, permitindo o desenvolvimento técnico musical e também fomentar a multiplicação dos conteúdos musicais populares, tradicionais, folclóricos, regionais e urbanos. É um grande desafio, mas temos pessoas competentes para vencê-los — garante.

Crime de lesa-pátria

Se Beatriz apóia o veto presidencial, seu colega e professor de

música da UnB Jorge Antunes é um severo crítico da atitude de Lula.

— Evidentemente, o presidente Lula não entende nada dessa área, tanto no que se refere à educação musical quanto à questão mais ampla da educação em geral. Assim, o crime de lesa-pátria que acaba de ser cometido tem autoria dele e de vários outros seus parceiros assessores — dispara.

Para ele, a educação musical de qualidade contribui com algo muito maior do que apenas a socialização dos jovens.

— Permite o desenvolvimento do senso crítico, da atenção, compreensão de complexidades, do aguçamento da sensibilidade, acabando com o embrutecimento do indivíduo — avalia Antunes.

Mais humanos e sensíveis

De acordo com o professor, a intenção da obrigatoriedade do ensino de música nas escolas não é necessariamente a de formar músicos profissionais. Para ele, médicos, políticos, advogados ou dirigentes que tiveram acesso à educação musical de qualidade são mais humanos e mais sensíveis.

— O bom educador musical é aquele que teve sólida formação especializada, dominando as técnicas pedagógicas e toda a história da música, conhecendo as tradições populares, a música erudita e a música popular de qualidade e não comercial — acredita.